MENSAGEM Nº 05 - Projeto de Lei 02/2020 – Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais

Vitória da Conquista, 20 de abril de 2020

À Sua Excelência o Senhor
LUCIANO GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Vitória da Conquista

Senhor Presidente,

Tendo em vista a celebração do Contrato de Repasse nº 879118/2018/ANA/CAIXA, cujo objeto é a RECUPERAÇÃO FLORESTAL DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE NASCENTES E MANANCIAIS DO RIO CATOLÉ, faz-se imperiosa a normatização e regulamentação do Programa Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais – PROMPSA., como condição para o recebimento dos recursos do referido contrato de repasse.

O pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma prática de inovação dirigida a incentivar e reconhecer as boas práticas em conservação do solo, restauração/conservação de APP e/ou Reserva legal, conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa, entre outras, que visem promover melhorias e manter características positivas nos serviços ecossistêmicos prestados e faz parte das estratégias da Agência Nacional de Águas – ANA para fortalecimento da gestão ambiental no que tange à produção de água, por meio de boas práticas de manejo do solo e da recuperação/conservação florestal.

Considerando as medidas necessárias para que o programa se concretize no âmbito municipal, tendo em vista as diretrizes e as metas do Programa Produtor de Águas, ao qual o município aderiu em 2017, encaminho o presente Projeto Lei 02/2020 que institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, possibilitando o fiel cumprimento do contrato de repasse.

Vale dizer que os recursos financeiros para provimento dos pagamentos a serem realizados aos produtores de água (provedores de serviços ambientais) terão como fonte inicial o Fundo Conquistense de Apoio ao Meio Ambiente, já aprovada a demanda junto ao Conselho Municipal do Meio Ambiente em reunião ocorrida em 31/08/2017. Além disso, há previsão da instituição de um Comitê Gestor do programa e da criação de um Fundo específico para custeio da execução de seus projetos, assim, poderão ser firmadas parcerias junto a órgãos e instituições financiadoras diversas, suscitando na ampliação

da cobertura do programa, sem necessariamente representar aumento de quaisquer despesas para o município.

Importante destacar que o Município receberá por meio desse Contrato de Repasse um valor superior a R$ 400.000,00 e o PROMPSA custará algo em torno de somente R$ 2.000,00 por ano, tornando extremamente vantajoso para o município a instituição do programa, mesmo em um cenário de Estado de Calamidade devido a pandemia do COVID-19.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar maiores esclarecimentos e dirimir dúvidas que porventura se apresentem, renovando os votos de sucesso,

Herzem Gusmão Pereira

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 02, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

Institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 225, §1º, III da CF de 1988, com fulcro nas Leis Federais nº 6.938/81, nº 9985/00, nº 12.651/12, na Constituição do Estado da Bahia e na Lei Estadual nº 10.431/0, bem como na legislação municipal, com especial atenção ao Código Municipal do Meio Ambiente – Lei Municipal nº 1.410/2007,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei institui a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PMPSA), cria o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PROMPSA) e o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (FMPSA).

Das definições

Art. 2º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - Ecossistemas: unidades espacialmente delimitadas, caracterizadas pela especificidade das inter-relações entre os fatores bióticos e abióticos;

II - Serviços ecossistêmicos: condições e processos gerados pelos ecossistemas que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida, nas seguintes modalidades:

a) Serviços de provisão: os que fornecem diretamente bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização;

b) Serviços de suporte: os que promovem a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar

PGM Gustavo S. Silveira Martins

ultravioleta, a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético, entre outros que mantenham a perenidade da vida na Terra;

c) Serviços de regulação: os que promovem o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização das enchentes e das secas, e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamentos de encostas, entre outros que concorram para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos;

d) Serviços culturais: os que proveem benefícios recreativos, estéticos, espirituais ou outros benefícios não materiais à sociedade humana.

I- Serviços ambientais: atividades humanas de preservação, manutenção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que contribuem de forma direta, verificável e eficaz para a geração de serviços ecossistêmicos;

II- Provedor: pessoa física ou jurídica que executa serviços ambientais;

III- Pagador: agente público ou privado que realiza os pagamentos condicionados aos provedores, diretamente ou através de intermediário;

IV- Intermediário: agente público ou privado que desempenha atividades de desenvolvimento, gestão, pesquisa, consultoria, intermediação ou qualquer outra atividade relacionada a programas de serviços ambientais;

V- Pagamento por serviços ambientais: transação contratual mediante a qual um beneficiário ou usuário de serviços ecossistêmicos transfere, diretamente ou através de intermediário, recursos financeiros ou outra forma de remuneração a um provedor desses serviços, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Dos objetivos

Art. 3º. São objetivos da Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais:

I- Promover a conservação de importantes fragmentos florestais existentes no território municipal, bem como a restauração de áreas degradadas, por meio da criação de incentivos econômicos e fiscais para geração de serviços ambientais;

II- Estimular a conservação dos ecossistemas, do solo, dos recursos hídricos, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado;

PGM Gustavo S. Silveira Martins

III- Valorizar, econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos;

IV- Reconhecer iniciativas individuais e coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação e ou o melhoramento dos serviços ecossistêmicos por meio de remuneração financeira ou outra forma de incentivo econômico;

V- Contribuir para o desenvolvimento territorial em bases sustentáveis, fomentando o estabelecimento de cadeias produtivas baseadas no respeito à integridade dos valores ambientais e culturais das populações;

VI- Promover alternativas de trabalho e renda para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

VII- Incentivar a geração de serviços ecossistêmicos produzidos pela conservação das matas nativas e restauração florestal no território municipal, transformando os mesmos em ativos para clientes nacionais e internacionais, remunerando as unidades familiares e proprietários rurais responsáveis pela manutenção desses serviços.

Dos princípios e diretrizes

Art. 4º. São princípios da Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais:

I – O princípio do direito humano fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

II – O princípio do desenvolvimento sustentável;

III – Os princípios da participação e da informação;

IV – Os princípios do provedor-recebedor, do poluidor-pagador e do usuário-pagador;

V – Os princípios da precaução, da prevenção e da reparação.

Art. 5º. A Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais tem as seguintes diretrizes:

I- A implantação do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais em áreas prioritárias para a conservação e de maior risco socioambiental;

PGM Gustavo S. Silveira Martins

II- A formação, melhoria e manutenção de corredores ecológicos para a conectividade de áreas naturais;

III- As atividades de manutenção e de recuperação das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal, de uso restrito ou de imóveis rurais situados em unidades de conservação são elegíveis para quaisquer pagamentos ou incentivos por serviços ambientais, configurando adicionalidade para fins de mercados nacionais e internacionais de reduções de emissões certificadas de gases de efeito estufa.

IV- O Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais deve se integrar aos os sistemas em âmbito nacional e estadual, objetivando a criação de um mercado de serviços ambientais.

V- O pagamento ou incentivo a serviços ambientais serão prioritariamente destinados aos agricultores familiares como definidos no inciso V do art. 3º da Lei Federal nº 12.651/12.

VI- O aprimoramento constante dos métodos de monitoramento, verificação, avaliação e certificação dos serviços ambientais que sejam susceptíveis de serem remunerados nos termos desta Lei e de seu Regulamento;

VII- A articulação institucional com órgãos e entidades governamentais, instituições financeiras, instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior, empresas e o Terceiro Setor com vistas ao financiamento, execução e aprimoramento do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Dos instrumentos

Art. 6º. São instrumentos da Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais:

I- Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais;

II- Projetos privados de pagamento por serviços ambientais executados no território municipal;

III- Captação, gestão e transferência de recursos, monetários ou não, públicos ou privados, dirigidos ao pagamento por serviços ambientais;

PGM
Gustavo S. Silveira Martins

IV- Incentivos econômicos para a conservação de matas nativas, restauração florestal e recuperação de áreas degradadas mediante a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), dentre outras modalidades:

a) Pagamento em dinheiro;

b) Selos, certificações e premiações;

c) Assistência técnica e extensão rural;

d) Fornecimento de sementes e mudas de espécies nativas, bem como de espécies exóticas produtivas para a implantação de sistemas agroflorestais;

e) Fornecimento de insumos e mão de obra.

V- Incentivos fiscais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais;

VI- Assistência técnica e capacitação, voltadas à promoção de serviços ambientais;

VII- Inventário de áreas potenciais para a implantação de projetos de pagamento por serviços ambientais;

VIII- Cadastro Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Da criação, requisitos e constituição

Art. 7º. Fica criado o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PROMPSA) com o objetivo de implantar, no âmbito do Município, o pagamento das atividades humanas de preservação, manutenção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ecossistêmicos.

Art. 8º. São requisitos gerais para a participação no PROMPSA:

I - Enquadramento e habilitação em projeto específico de implantação do enquadramento por atividades humanas de preservação, manutenção, restabelecimento, recuperação e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ecossistêmicos.

II - Comprovação do uso ou ocupação regular do imóvel a ser contemplado no âmbito do PROMPSA;

PGM Gustavo S. Silveira Martins

III - Formalização de instrumento contratual específico.

Parágrafo Único. Os requisitos específicos de participação no PROMPSA, bem como as condições para a sua implantação, monitoramento e avaliação serão definidos em Regulamento, atendidas as disponibilidades orçamentárias.

Art. 9º. Ficam isentos do ISS os serviços diretamente relacionados ao PROMPSA ou a projetos privados de pagamento por serviços ambientais reconhecidos pelo poder público municipal e executados no âmbito de seu território, tais como:

I- A produção de sementes e mudas de espécies nativas,

II- O plantio de espécies nativas e exóticas em imóveis rurais beneficiados pelo PROMSA ou por projetos privados de pagamento por serviços ambientais reconhecidos pelo poder público municipal e executados no âmbito de seu território.

§1º O sujeito passivo do imposto deverá comprovar que o serviço está diretamente relacionado ao PROMPSA ou por projetos privados de pagamento por serviços ambientais reconhecidos pelo poder público municipal e executados no âmbito de seu território.

§2º O contribuinte ou o responsável pelo recolhimento sujeito passivo do imposto deverá informar no documento fiscal emitido ou no documento de arrecadação respectivo o valor total do serviço, o valor do tributo dispensado, calculado pela aplicação da alíquota do imposto que incidiria sobre a operação e, ainda, o valor recebido ou devido em consequência da prestação do serviço.

Art. 10. Fica criado o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (FMPSA), de natureza contábil, com a finalidade de financiar as ações do Programa de Pagamento por serviços ambientais, dentro dos critérios estabelecidos nesta Lei e em seu Regulamento.

Art. 11º. Constituem recursos do FMPSA:

I – recursos oriundos do Fundo Conquistense de Apoio ao Meio Ambiente - FAM;

II - os créditos orçamentários que lhe forem consignados pelo Orçamento Geral do Município;

III - as doações, legados, subvenções e quaisquer outras fontes ou atividades;

PGM Gustavo S. Silveira Martins

IV - os rendimentos de qualquer natureza derivados de aplicação de seu patrimônio;

V - os recursos provenientes de acordos, convênios, contratos ou consórcios;

Art. 12º. Será constituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Comitê Gestor do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, composto por representantes governamentais (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária) e da sociedade civil (Indicado em assembleia do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMAM), cabendo-lhe acompanhar a implementação e propor aperfeiçoamentos ao PROMPSA, bem como avaliar o cumprimento das metas estabelecidas nos projetos.

Parágrafo único. A composição, organização e funcionamento do Comitê Gestor serão dispostos em regulamento.

Art. 13º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herzem Gusmão Pereira
Prefeito Municipal

PGM
Gustavo S. Silveira Martins